

O ESTIGMA DA ENERGIA NUCLEAR NA DEFESA NACIONAL: a defesa de uma política energética nuclear a fim de assegurar os interesses político-econômicos nacionais.

Fernanda das Graças Corrêa, Isabela Gláucia de S. C. Baptista e João Paulo Cabrera
(UFRJ)



Este trabalho consiste na defesa de uma política de armamento nuclear a fim de reforçar a soberania brasileira na anarquia internacional atual e garantir a sobrevivência do país diante de um eventual conflito externo. A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945, e em função das catástrofes ocasionadas pelo armamento nuclear, na Segunda Guerra Mundial, fez a humanidade repensar em seus valores e na sua própria existência. Ainda que as duas superpotências da Guerra Fria tivessem armamento nuclear, a Terceira Guerra Mundial não aconteceu e a humanidade continuou a existir. A política de dissuasão manteve viva a humanidade. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos apareceram como única superpotência e desafiam os rumos da humanidade, ditando regras, desvalidando tratados e criando suas próprias regras. Em contrapartida, a China se mostra como um inimigo claro para os Estados Unidos. Países como Paquistão, Índia e França já possuem armamento nuclear. O mundo vive um caos internacional, em que não co-existe a representatividade internacional prevalente. As regras não são válidas para todos, portanto, não há a necessidade de respeitá-las.

O petróleo se desdobra em mais de seis mil produtos, e torna o ser humano dependente dele e de seus derivados desde o copinho de café até o asfalto que os carros deslizam. Em função de sua existência, toda uma cobiça se esconde. No Brasil, em especial, o petróleo encontrado tem sido cada vez mais denso, exigindo profissionais cada vez mais especializados em seu refino, tendo que exigir meios tecnológicos cada vez mais avançados para a sua decantação. A energia nuclear poderia substituir a gasolina por combustíveis nucleares. O aquecimento global atualmente é o problema que mais tem preocupado a vida humana na terra. A preocupação com a emissão de gás carbônico que acelera o efeito estufa, e por meio do buraco, cada vez mais largo, na camada de ozônio tem feito muitas calotas polares descongelarem, aumentando o nível dos oceanos e diminuindo a faixa de terra que garante a existência humana.

A água é outro fator que está alarmando. As expectativas futuras para a água não são boas. O Brasil mais uma vez aparece no cenário mundial como um dos poucos países que vão levar mais tempo para que a água se torne um problema extremamente grave. Através da energia nuclear, o Brasil poderia dessalinizar a água dos oceanos e

transformá-la em água potável. A Amazônia e o Atlântico Sul são áreas extensas e naturalmente brasileiras. Suas riquezas, muitas ainda por descobrir, despertam no homem a ganância tão antiga quanto vil de sua natureza. Com tanto gás natural, petróleo e outros privilégios naturais fazem do Brasil e de suas riquezas, uma combinação soberana por excelência, rica por natureza e cobiçada ao extremo.

Nesses últimos dias, um pedido que o Brasil vinha fazendo à Comissão de Limites da Nações Unidas foi aceito. Foi concedido ao Brasil 75% do pedido que pleiteou, tendo soberania nesta área. Poucos países conseguiram este prolongamento tal qual como a própria Rússia ou a Austrália. As fronteiras brasileiras são muito bem delimitadas. As justificativas para o emprego de energia nuclear no Brasil são inúmeras, e vistas as suas funcionalidades políticas, econômicas e sociais, seria insensatez desmerecer as riquezas que a natureza o privilegiou. O Brasil possui a sexta maior jazida de urânio do mundo, e está no pleito pela terceira maior. Faz parte de um grupo seleto de países que possui a capacidade de enriquecê-lo. Graças a Marinha de Guerra, o Brasil faz uso da ultracentrifugação e conta com o uso de aparatos cem por cento nacionais. Têm-se duas usinas nucleares em perfeitas condições e se está estudando a possibilidade de continuar a construção da terceira usina nuclear brasileira.

Dentro desta perspectiva, a política de armamento nuclear aparece como uma excelente opção e uma excelente estratégia ao poder nacional para garantir a soberania brasileira em áreas afins. Com o uso de energia nuclear não só resolveria os problemas políticos, como os econômicos e os sociais. Quanto mais se investe em meios tecnológicos, mais se acumula armamento, mais se torna forte, e menos as fraquezas ficam expostas ao inimigo. Até para saber quem é o inimigo é preciso investir em tecnologias e armamentos.

A Política de Defesa Nacional é de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira. Ela se fundamenta na política externa brasileira a fim de buscar solução pacífica das controvérsias e o fortalecimento da paz e da segurança internacionais.

A atuação do Estado brasileiro em relação à defesa tem como fundamento a obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do país, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito.

A configuração da ordem internacional baseada na unipolaridade no campo militar associada às assimetrias de poder produz tensões e instabilidades indesejáveis para a paz. Sendo assim, pode – se evocar as idéias realistas para definir as linhas de pesquisa teórico-metodológicas por meio do cientista político alemão Henry Kissinger e O Pensamento Estratégico Americano: as Origens.

Henry Kissinger acredita que o equilíbrio de poder está em evitar a agressão. Segundo ele, é preciso que haja poderio militar para que a diplomacia possa atuar. Caso contrário, não haverá negociação. As armas não geram a guerra, os homens é que a ocasionam. O acúmulo de armamento é a garantia de estabilidade política. Cabe na visão de Kissinger ter um inimigo claro. É preciso identificá-lo,

Os Estados Unidos são o país que mais geram insegurança, e, portanto, aumentam as áreas de conflitos. Os EUA saíram vitoriosos da Guerra Fria, e diferente do que aconteceu na história da humanidade, se constituem como a única superpotência que possuem as suas forças armadas, garantindo a sua segurança, instalada dentro seu próprio território. Kissinger não está preocupado com as formas com que os Estados se relacionam com seu povo, mas com a forma como se relacionam com os outros Estados. Dentro deste cenário, este trabalho procura analisar o armamento nuclear e convencer de que seu uso é imprescindível para defender nossos interesses político-econômico-estratégicos e assegurar nossa sobrevivência num mundo novo e repleto de incógnitas quanto ao seu futuro.

Bibliografia:

LIVROS:

1. ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
2. BONIFACE, Pascal. COURMONT, Barthélémy. Le Monde Nucléaire. Paris: Armand Colin, 2006.
3. CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
4. GRIFFITHS, Martin. 50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais. São Paulo: Contexto, 2004.
5. SARFATI, Gilberto. Teorias de Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2006.
6. KISSINGER, Henry. Diplomacia. São Paulo: Grandiva, 2002.

REVISTAS E ARTIGOS:

1. Scientific American. Nº 3. Edição Especial Nº 3. Outubro 2003.
2. KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Marinhas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, SP, 04/04/2007.